



687.544 vidas perdidas para a covid-19

Atualizado em 20/10/2022
Consórcio de Veículos de Imprensa

Entidades denunciam uso político da Caixa e precarização dos serviços

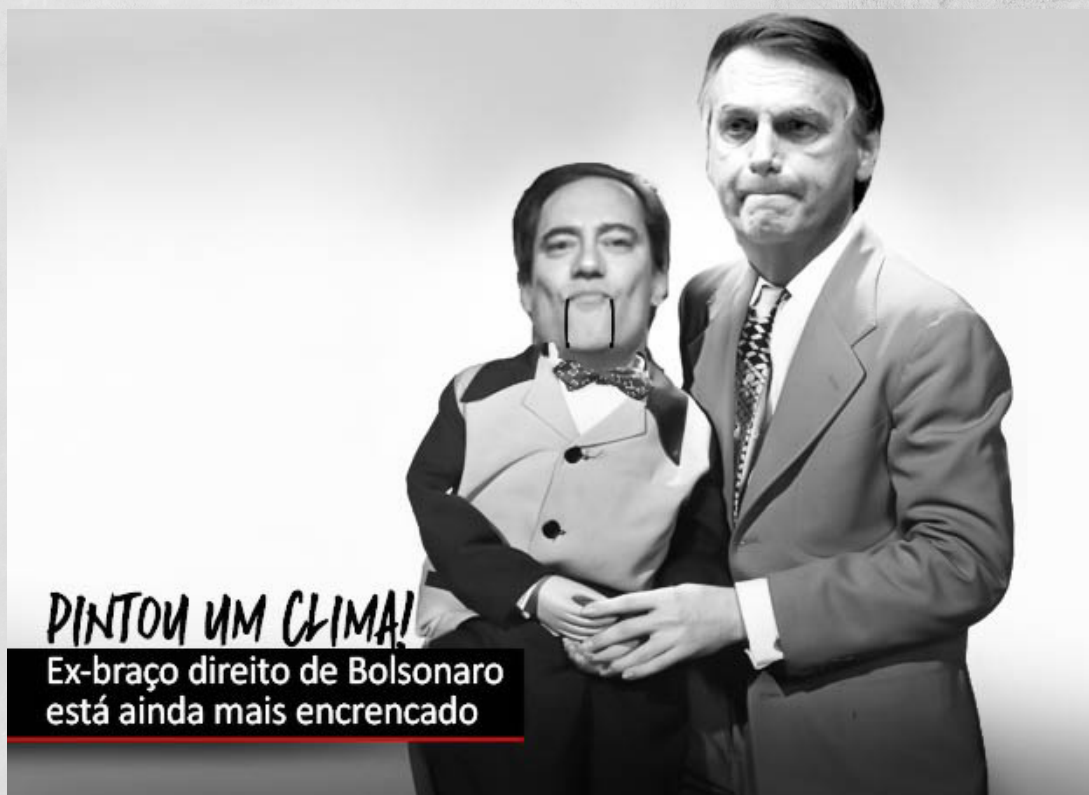
A Caixa Econômica Federal tem lançado, nos últimos meses, diversos produtos voltados para as classes mais baixas e para as mulheres. Tais medidas têm aumentado a demanda pelos serviços, mas, em contrapartida, o banco vem reduzindo os recursos para a aquisição de insumos utilizados no dia a dia do atendimento aos clientes. Para as entidades de representação dos empregados, como Contraf-CUT e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), o banco está sendo utilizado com finalidades políticas e as condições de trabalho são precarizadas. Essas entidades denunciam que o aumento da demanda está sendo realizado sem o devido cuidado e de uma forma atabalhoada. Não há contratações proporcionais para atender esse aumento da demanda, nem dotação para o pagamento de horas-extras e tampouco melhora da estrutura de atendimento. [Clique aqui!](#)



ASSÉDIO SEXUAL NA CAIXA

Relatório pode agravar ainda mais a situação de Pedro Guimarães

Com centenas de páginas, depoimentos das vítimas e uma série de documentos, o relatório da corregedoria da Caixa Econômica Federal sobre as denúncias de assédio sexual contra Pedro Guimarães pode agravar ainda mais a situação do ex-presidente e de outras pessoas ligadas a ele. O documento, apresentado ao Conselho de Administração da Caixa, confirma muitas suspeitas. O resultado da investigação será compartilhado também com o Ministério Público Federal (MPF) e com o Ministério Público do Trabalho (MPT), que também apuram as denúncias. O MPT, inclusive, já entrou com ação contra Pedro Guimarães, e pede que a Justiça o condene ao pagamento de R\$ 30,5 milhões pelos danos causados às mulheres que o acusam de assédio moral e sexual. [Clique aqui!](#)



LEIA TAMBÉM:

TST manda Santander pagar pensão mensal a bancária que teve transtorno psicológico e problemas ortopédicos [Clique aqui!](#)

Vai ser pai?

Amplie sua licença paternidade para 20 dias [Clique aqui!](#)

Números comprovam o desmonte do BB

O Comitê de Luta em Defesa do BB, movimento criado por funcionários e funcionárias do Banco do Brasil, alerta que, entre 2014 e o primeiro semestre de 2022, a carteira de crédito do banco caiu 25%, passando de mais de R\$ 1,08 trilhão para cerca de R\$ 813 bilhões. Os números foram atualizados em junho de 2022. Os dados mostram ainda que, de dezembro de 2018 a setembro de 2022, foram fechadas 1.933 agências e mais de 10 mil postos de trabalho. A Comissão de Empresa do Banco do Brasil (CEBB) lembra que essa redução de participação no mercado e do papel do BB como banco público é bastante preocupante porque segue o movimento que antecedeu a venda de outros bancos públicos, como o Banespa, o Banestado e o Banerj. No caso do BB, o prejuízo poderá ser ainda maior, pois entidades como a Cassi e a Previ, que administram os planos de saúde e de previdência dos funcionários do banco, podem desaparecer. [Clique aqui!](#)

A exploração da fé, em nome Deus e da família



Pelos rumos que tomou a atual disputa pela sucessão presidencial, não há dúvidas de que o Brasil entrou numa nova era político-eleitoral. Ao invés de debater propostas para o país, como a retomada do desenvolvimento econômico e social e a implementação de políticas públicas que promovam a geração de emprego e renda, o meio ambiente, a educação, a saúde e a segurança, entre outras necessidades, impõe-se a discussão da moral religiosa. Travestida de projeto moralista, a estratégia da mentira e do discurso de ódio leva as religiões para o centro da disputa política, como nunca antes aconteceu no país. Dividida, a sociedade contempla a profanação do sagrado e das divindades, como aconteceu em Aparecida, no dia 12 de outubro. É bom lembrar que a Constituição separa a religião da política. Determina que o Brasil é um Estado laico, que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença” e assegura o “livre exercício dos cultos religiosos”. Portanto, quem quer que seja eleito para presidir o país não terá o poder de decidir se o cidadão deve ou não ter uma religião ou qual deve ser ela. O que passar disso é enganação. [Clique aqui!](#)

MP pede suspensão do consignado do Auxílio Brasil por ser ‘medida eleitoreira’

[Clique Aqui!](#)

Brasil tem uma multidão de desempregados



Enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PL) fala publicamente que a economia brasileira está em recuperação e que o país está baixando o desemprego, os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram uma situação bem diferente. Em agosto de 2022, o país tinha 9,7 milhões de pessoas desocupadas, número 54% maior do que ao final de 2013, quando eram 6,3 milhões. Desde que a reforma trabalhista entrou em vigor, em novembro de 2017, o mercado de trabalho brasileiro vem passando por forte processo de precarização, agravado com a pandemia da covid-19 e medidas aprovadas no atual governo. Os dados apontam que hoje existem 23,9 milhões de pessoas subutilizadas, 20,5% da força de trabalho. O menor patamar ocorreu em 2014, quando existiam 9 milhões de pessoas subutilizadas (14,8%). [Clique aqui!](#)

Governo planeja cortar correção pela inflação de salário mínimo e benefícios previdenciários

[Clique aqui!](#)

Assédio eleitoral É CRIME!

No Paraná, 50 empresas já foram denunciadas

A Justiça Eleitoral tem sido implacável contra empresários que tentam coagir seus funcionários a votarem no candidato de sua preferência, nas eleições presidenciais. O segundo turno acontecerá no dia 30 de outubro e nas últimas semanas houve um aumento assustador das denúncias contra patrões, gerentes e chefes por assédio eleitoral para que trabalhadoras e trabalhadores votem no seu candidato, o presidente Jair Bolsonaro. Somente no Paraná, o Ministério Público do Trabalho já recebeu mais de 50 denúncias. Essa coação é crime previsto na legislação brasileira e os trabalhadores podem denunciar sem medo.

Basta acessar o portal da CUT (www.cut.org.br) e nem precisa se identificar. [Clique aqui!](#)

Bolsonaro e Lira querem aprovar a Reforma Administrativa



Assim que terminar o segundo turno das eleições presidenciais, no dia 30 de outubro, a Câmara dos Deputados vai retomar a discussão da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, a Reforma Administrativa. A PEC 32 deve ser votada ainda neste ano, pelo Congresso Nacional. Quem prometeu isto foi o próprio presidente da Câmara, Athur Lira (PP-AL). Com medo de perder as eleições este ano, os deputados federais engavetaram o projeto no início de 2022. Agora, Lira vai ressuscitá-lo a pedido do presidente Jair Bolsonaro. A reforma é ruim para a sociedade e péssima para os servidores públicos, que perderão inúmeros direitos. No entanto, é ótima para a elite econômica, que vislumbra se apoderar de serviços e estruturas do Estado para lucrar muito dinheiro. A proposta do governo tritura a Constituição, destrói o serviço público e os direitos dos servidores, enfraquece mais as empresas estatais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal e permite que 915 mil empregos sejam ocupados por apadrinhados políticos sem concurso, que irão trabalhar apenas para benefício de quem lhe der o cargo. A reforma, se aprovada do jeito que Bolsonaro e Lira querem, só vai beneficiar os oportunistas, mas para o povo brasileiro a conta vai ser alta. [Clique aqui!](#)